

REQUERIMENTO Nº. 011/2023.

**EXMO. SR. APARECIDO RODRIGUES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE OURO FINO/MG**

Data: 23/02/2023

02º Sessão Ordinária

() APROVADO

() REJEITADO

Ver. Aparecido Rodrigues
Presidente

Ver. Vanderlei Cândido de Almeida
Vice-Presidente

Ver. Clóvis Coldibeli
Secretário

O Vereador que a este subscreve, com amparo no art. 193, § 3º, inciso “X”, do Regimento Interno, vem requerer, após ouvido o soberano Plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Henrique Rossi Wolf, Prefeito Municipal, o presente **REQUERIMENTO, solicitando-lhe informações e documentos referentes ao Projeto de Lei de Incentivo ao Desenvolvimento Rural:**

- 1- Considerando que é de competência privativa do Poder Executivo Municipal legislar sobre assuntos internos da administração da Prefeitura Municipal de Ouro Fino, sendo assim indago:
 - a) Como se encontra a criação do Projeto de Lei de Incentivo ao Desenvolvimento Rural?
 - b) Há uma previsão para a apresentação deste projeto junto a Casa Legislativa?



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

JUSTIFICATIVA

Na data do dia 28 de junho de 2022, a Câmara Municipal de Ouro Fino realizou uma Audiência Pública através da Comissão de participação popular, com o objetivo de discutir assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico da produção rural e do turismo rural, de forma a ouvir a opinião da população e saber o posicionamento das entidades e órgãos públicos e privados sobre a matéria, através de um debate construtivo e digno da democracia com respeito às ideias e opiniões.

Como resultado deste audiência, foi criada uma comissão entre o Poder Legislativo e Poder Executivo Municipal, com a finalidade de estudar a instituição de um projeto de lei visando incentivar o desenvolvimento econômico da produção rural e do turismo rural.

Contudo, não tivemos nenhuma informação desde então, razão pela qual venho através do presente solicitar informações. Assim, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, Ver. Antônio Olinto Alves em 16 de fevereiro de 2022.

Tiago Bazolli De Moraes
Vereador -PL

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA
NO DIA 28/06/2022.**

**TEMA: DESENVOLVIMENTO
RURAL.**



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO.

OURO FINO – MINAS GERAIS.

07 DE JULHO DE 2022.

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL.

INTRODUÇÃO:

A Câmara Municipal de Ouro Fino realizou a Primeira Audiência Pública do ano de 2022, na data do dia 28 de junho de 2022.

A Audiência Pública teve como objetivo, discutir assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico da produção rural e do turismo rural, de forma a ouvir a opinião da população e saber o posicionamento das entidades e órgãos públicos e privados sobre a matéria, através de um debate construtivo e digno da democracia com respeito às ideias e opiniões.

Destaca-se que a audiência pública foi presidida pelo Vereador Tiago Bazolli de Moraes, Presidente da Comissão de Participação Popular, e também pelo Vereador Clóvis Coldibeli, Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular.

Assim, a Casa Legislativa agradece a presença e a participação de todos que contribuíram para fortalecer este debate.

DOS FATOS:

Nos últimos anos, o Poder Executivo Municipal realizou inúmeras concessões de incentivos fiscais e econômicos destinados ao desenvolvimento do setor comercial e industrial. Bem como, realizou a execução de serviços e obras de natureza pública de infraestrutura, necessárias à implantação ou ampliação de atividade econômica de empresas no município, com o objetivo de atrair novos empregadores para o município, e aumentar a geração de empregos para nossos munícipes, o que é louvável.

Todavia, é importante ressaltar que o setor rural está cada vez mais desassistido pela Administração pública. Com estradas em péssimas condições de trafegabilidade, faltas de incentivos e auxílios que favoreçam o crescimento deste importante setor.

Além disso, cumpre destacar que o município de Ouro Fino possui uma economia predominantemente agrícola e agropecuária. Que por sua vez, desempenha uma significativa contribuição ao crescimento e ao desenvolvimento econômico de nosso município.

Portanto, em que pese, o setor rural representa a maior parte da contribuição financeira, da circulação de riquezas, da arrecadação de impostos e da geração de empregos. Enquanto que, as fábricas e indústrias demonstram um crescimento tardio, além de uma contribuição inferior ao setor rural.

Ademais, o município de Ouro Fino é considerado um dos maiores produtores agropecuários e agrícolas da região, sobretudo na produção do café. Bem como, tem

despontado na área do turismo rural, possuindo muitas atrações turísticas e culturais que chamam a atenção de visitantes.

É imperioso destacar que o Setor Cultural e Turístico também é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social de nosso município. Portanto, é necessário que exista investimentos para desenvolver ainda mais este setor tão influente na economia de nossa cidade.

Neste contexto, seria de extrema importância que o poder público criasse um mecanismo para fomentar o desenvolvimento econômico da produção rural e do turismo rural, tema que foi abordado durante a audiência pública.

DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

A audiência Pública foi muito proveitosa e reuniu diversas entidades, autoridades, órgãos, moradores e produtores da área rural que contribuíram para fortalecer o debate com informações. Ao final da reunião, o Presidente da Comissão de Participação Popular, Vereador Tiago Bazolli de Moraes, determinou a lavratura da ata e da confecção de um material constando todas as informações levantadas durante a realização da audiência pública.

Desta forma, é oportuno destacar que, dos fatos apresentados durante a realização da audiência pública, foram constatadas as seguintes sugestões e informações relacionadas ao desenvolvimento rural:

1. Abertura de estradas rurais, realizando melhorias como patrolamento e cascalhamento, captação pluvial, saídas de água, manilhamento, colocação de proteções laterais e melhorar as sinalizações destas vias;
2. Construção de saídas de água e barreiras de contenção em propriedade privadas para conservar as estradas rurais, por meio da aplicação da lei vigente;
3. Manutenção das estradas por meio da Pavimentação Ecológica;
4. Montar um planejamento e cronograma de trabalho do Departamento Rural e do Departamento de Manutenção de Estradas Rurais;
5. Parcerias com as Associações de Bairros para melhorar a comunicação entre o Poder Executivo Municipal e a população rural;
6. Fornecimento de equipamentos e maquinários para terraplanagem;
7. Limpeza dos locais de armazenamento de produtos agrícolas (Silo);
8. Desassoreamento de córregos, rios e lagos;
9. Abertura de tanques de piscicultura, destinado a criação de peixes;

10. Terraplanagem para construção de terreiros, destinados a armazenar e secar produtos agrícolas, tais como o café;
11. Construção de curvas de nível ou bacias de contenção, destinadas a evitar a erosão do solo, terrenos, pastos ou plantações;
12. Abertura de estradas para facilitar o escoamento de produtos e a logística local;
13. Manutenção de carreadores e estradas nas plantações e lavouras;
14. Manutenção das estradas com acessos às chácaras, sítios e fazendas;
15. Criação do Patrulhamento rural para melhorar a Segurança Pública;
16. Fornecimento de apoio ao crédito rural;
17. Melhorar o acesso à saúde e o sistema de agendamento dos moradores da área rural;
18. Necessidade de melhorar o sinal de telefonia móvel;
19. Viabilizar infraestruturas, mecanismos de divulgação e incentivos para fomentar o turismo rural;
20. Criação de um caminho turístico destinado exclusivamente ao turismo rural, passando por todos os pontos e atrações turísticas localizadas na área rural;
21. Realizar um mapeamento e cadastramento de todos os potenciais turísticos localizados na área rural;
22. Melhorar a sinalização, instalando placas e mecanismos de orientação na área rural;
23. Incentivar e criar mecanismos de fomento para a agricultura familiar;
24. Criação de um espaço público para os agricultores, produtores e guias turísticos da área rural apresentarem e venderem seus produtos, tal como o projeto “Cantinho da Roça”.
25. Incentivo à fruticultura, com a doação de mudas e incentivos financeiros para fortalecer o abastecimento de frutas em nossa região;
26. Melhorar a infraestrutura do Mercado Municipal de Ouro Fino, abrindo mais boxes e incentivando o surgimento de novos comércios;
27. Criação de um local para exposição gastronômica e artesanal das variedades de alimentos e artesanatos produzidos e confeccionados pelos moradores da zona rural;

28. Construção de fossas sépticas, fossas ecológicas e o uso do ciclo da bananeira, visando o saneamento ambiental e à proteção da fauna e da flora;
29. Incentivar a Educação Ambiental;
30. Incentivar a proteção das nascentes, com cercamentos e plantações de árvores, ofertando incentivos para os proprietários que realizarem tais serviços. Tal como o projeto conservador de águas da cidade de Extrema;
31. Criação da Secretaria Ambiental para cuidar dos aspectos relacionados a causa ambiental;
32. Distribuição de equipamentos de segurança para os produtores e moradores das áreas rurais, melhorando a segurança no trabalho;
33. Realização de Concursos de Qualidade de Café na região, para incentivar os produtores rurais;
34. Realizar parcerias e ou convênios com entidades para ofertar cursos profissionalizantes, tais como o SENAR e SEBRAE;
35. Auxílio do Poder Executivo Municipal para otimizar o uso das terras férteis, diversificando a produção e gerando mais renda e emprego, trazendo novos tipos de lavouras e culturas agrícolas;
36. Realizar parcerias e ou convênios com o Instituto Federal do Sul de Minas, para viabilizar ferramentas e mecanismos para o desenvolvimento rural;
37. Subvenções e incentivos fiscais para os produtores rurais gerarem postos de empregos na área rural;
38. Criação da Comissão de estudos entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo para criar o projeto de lei para o desenvolvimento rural e do turismo rural.

Este é, em síntese o relatório. Ante o exposto, requeremos que sejam enviados às autoridades competentes os expedientes que visam apoiar os cidadãos em seus justos pleitos.

Acreditamos que através de uma atuação mais significativa da Administração Pública Municipal poderemos proporcionar a realização de serviços e obras de infraestrutura necessárias à implantação ou ampliação das atividades econômicas do setor rural, beneficiando os produtores agropecuários e agrícolas, bem como o turismo rural, aumentando assim a geração empregos e de renda, além de valorizar e engrandecer nosso município.

A sessão foi transmitida “ao vivo” pela internet através do Youtube e do Facebook oficiais da Câmara Municipal e também foi gravada na íntegra e a gravação está à disposição de todos na Diretoria Geral desta casa legislativa, podendo a mesma ser consultada pelos links: Youtube: <https://youtu.be/1iZYRoO-8uA> Facebook: <https://fb.watch/e5TEiTwcVK/>, servindo a mesma com o Ata Eletrônica nos termos da Resolução nº 001/2018.

Tiago Bazolli De Moraes
Vereador -PL

Presidente da Comissão de Participação Popular

Clovis Coldibeli
Vereador -MDB

Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular

SALA DAS SESSÕES VEREADOR ANTÔNIO OLINTO ALVES.



ATA DA REUNIÃO REALIZADA NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO NO DIA 02/08/2022, COM A COMISSÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO RURAL.

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois às 19h00min, reuniram-se na Câmara Municipal de Ouro Fino, localizada na Rua Rogério Gissoni nº 450, centro de Ouro Fino-MG, o Vereador Tiago Bazolli de Moraes; o Vereador Clóvis Coldibeli; o Vereador Paulo Henrique Chiste da Silva; o Vereador Fábio Anderson da Silva; o Vereador José Agostinho Muroi; o Vereador Aparecido Rodrigues; o Procurador Geral João Paulo de Oliveira Prado; o Assessor Parlamentar, Lincoln da Silva Paulino; o Senhor Carlos Antônio de Magalhaes Cadan, Diretor Municipal de Governo, Administração e Finanças; o Senhor Sebastião Romildo Vieira, Chefe de Desenvolvimento Rural; o Senhor Jair Felix Pereira, Chefe de Serviços urbanos e Rurais; e também a presença de alguns munícipes e representantes de associações de bairros rurais. Considerando as tratativas realizadas na última audiência pública realizada na Câmara Municipal de Ouro Fino, no dia 28 de junho de 2022, foi realizada a primeira reunião da comissão de estudos, com o objetivo de discutir sobre a elaboração de anteprojeto de lei que passará a vigorar em Ouro Fino, a fim de estimular o desenvolvimento rural. A elaboração do projeto de lei contará com a ajuda da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e da população em geral. Inicialmente, o **Vereador Tiago Bazolli de Moraes** informa que está é a primeira reunião da comissão de estudos, que terá como objetivo elaborar um anteprojeto de lei que passará a vigorar em Ouro Fino para estimular o desenvolvimento rural. Na oportunidade, agradece a todos os presentes e destaca a importância da presença e da participação do Poder Legislativo, do Poder Executivo e da população em geral. Como resultado da audiência pública realizada na Câmara Municipal de Ouro Fino, no dia 28 de junho de 2022, sobre o desenvolvimento rural, foi elaborado um relatório constando cerca de 38 itens em destaque para estimular o crescimento desta área. Além disso, seguindo a própria recomendação do Senhor Prefeito Municipal foi criada a presente comissão de estudos para criação de projeto de lei que é de competência privativa do Poder Executivo. Contudo, haverá a participação de mais pessoas e principalmente do Ministério Público após finalizados os trabalhos da comissão. Em seguida o Vereador passou a palavra ao Procurador João Paulo, para trazer alguns esclarecimentos acerca dos trabalhos que poderão ser realizados através da comissão de estudos. O **Procurador Geral, João Paulo de Oliveira Prado** que informa que está se inteirando melhor sobre o assunto e estará buscando informações para subsidiar a criação deste anteprojeto. Destacou ainda, a existência da legislação acerca da patrulha mecanizada e de sua regulamentação, a qual não tem acesso. Além disso, destacou a importância de saber quais motivos levaram a Prefeitura Municipal a serem impedidas ou interromperem os serviços prestados com base nesta legislação. O **Senhor Carlos Antônio de Magalhaes Cadan, Diretor Municipal de Governo, Administração e Finanças** informa que o decreto que regulamenta a legislação trata de valores de pagamento apenas. Contudo, destacou que em gestões passadas os valores não eram cobrados e isso trouxe para esta nova gestão a obrigação de cobrar. Ocorre que o Ministério Público entende ser errado utilizar bens públicos na prestação de serviços particulares. O **Procurador Geral, João Paulo de**

Oliveira Prado destaca que é importante ter essa informação, pois em suas pesquisas verificou que vários entendimentos judiciais condenam o uso de maquinários públicos em serviços e propriedades particulares. Mas, não sabia qual era o posicionamento do Ministério Público com a Prefeitura Municipal de Ouro Fino. Portanto, destaca a necessidade de verificar com cuidado e se inteirar mais sobre o assunto para não ferir a legalidade na elaboração deste anteprojeto. **O Senhor Sebastião Romildo Vieira, Chefe de Desenvolvimento Rural** que em sua fala destaca que seria importante ter a presença do Ministério Público presente nesta comissão. Que informa também que em reunião com o Senhor Prefeito Municipal esclareceu que não gostaria de fazer parte da comissão devido a sua posição no Departamento Rural, sendo melhor estar afastado dos trabalhos. Contudo, ressalta que está à disposição para ajudar e assim como todos os produtores rurais gostaria de que este projeto de lei fosse aprovado e aplicado no município para incentivar o desenvolvimento rural. **O Senhor Jair Felix Pereira, Chefe de Serviços urbanos e Rurais** informa que a Prefeitura Municipal realizou um serviço pago mediante taxa conforme ordena a lei da patrulha mecanizada, contudo um cidadão realizou uma denúncia perante o Ministério Público que, por sua vez, impediu a Prefeitura Municipal de Ouro Fino de continuar realizando este tipo de prestação de serviços. **O Vereador Aparecido Rodrigues** que em sua fala destaca a importância de colocar em um projeto de lei todas as ideias debatidas para, posteriormente, marcar uma reunião com o Ministério Público. **O Vereador Tiago Bazolli de Moraes** que informa a todos como será o funcionamento da comissão de estudos, em que a ideia é montar um projeto de lei que obedeça ao aspecto legal, levando em consideração as barreiras atuais e que contenham mecanismos que ofertem liberdade e respaldo para que o Departamento Rural possa trabalhar. Além disso, destaca que foi enviado ofício à Prefeitura indicando os Vereadores Clóvis e Tiago para compor a comissão e que em resposta foram indicados os membros do Poder Executivo para compor a comissão, mas destaca a importância de realizar um trabalho em conjunto com a Procuradoria da Câmara Municipal e também da Procuradoria da Prefeitura Municipal, para ser verificado toda a questão legal do projeto em questão. **O cidadão José** informa que seria importante ter a presença do Ministério Público na Comissão. **O Senhor Sebastião Romildo Vieira, Chefe de Desenvolvimento Rural** destaca que seria importante ter uma Secretaria específica para garantir uma força maior a aplicação da legislação e não ter problemas com o Ministério Público. Destaca que o produtor rural gera empregos, paga impostos e é merecedor de condições dignas e de maiores incentivos pelo poder público. Ressalta, novamente, que não quer fazer parte desta comissão, de forma a ser imparcial e devido ao cargo que se encontra e para não ter problemas com o Ministério Público, mas se coloca à disposição de todos. **O Procurador Geral, João Paulo de Oliveira Prado** que em relação as falas ditas anteriormente, destaca que não é imprescindível que o Ministério Público esteja presente nesta comissão, pois o Poder Executivo e Legislativo detém autonomia para editar leis. Além disso, em que pese, a função do Ministério Público não é consultiva. Portanto, a importância desta comissão de estudos reside no fato de estudar dentro do aspecto legal quais os limites que o projeto de lei poderá atuar e autorizar a realizar esses tipos de serviços públicos. Além disso, destaca que sempre haverá denúncias e o Ministério Público irá realizar a apuração do fatos, o que precisa ser visto, é a legalidade na utilização do maquinário público ou se houve excessos nas prestações destes serviços, o que fez com que o Ministério Público intervisse.

O Vereador Paulo Henrique Chiste da Silva que indaga qual é o ponto de vista do Ministério Público. **O Vereador Tiago Bazolli de Moraes** em resposta informa que o Ministério Público se preocupa com os excessos e com a prestação de serviços para possível venda de votos e influência no capital político. Uma solução para evitar esses problemas é ter uma comunicação com as Associações de Bairros para respeitar o princípio da impessoalidade e realizar tais serviços por meio destas entidades. **O Vereador José Agostinho Muroi** que destaca ser importante ter todo cuidado com o período eleitoral para que a prestação destes tipos de serviços não seja eivada de más intenções e de cunho político partidário. **O Vereador Aparecido Rodrigues** ressalta a necessidade de realizar o pagamentos de custas e ter um documento em mãos para ter registro destes serviços. **O Vereador Tiago Bazolli de Moraes** em resposta, novamente, destaca a importância de retirar o caráter de particularidade do projeto e torná-lo impessoal, para que os pedidos sejam realizados através das associações de bairros do município de Ouro Fino. **O Vereador José Agostinho Muroi** questiona sobre o porquê de existir incentivos financeiros e fiscais para as indústrias, enquanto que a área rural fica desassistida. **O Vereador Tiago Bazolli de Moraes** destaca que há respaldo legal para concessão de incentivos fiscais para as indústrias, pelos critérios de geração de emprego, renda, circulação de riquezas, arrecadação de tributos e entre outros. **O Vereador José Agostinho Muroi** destaca que o setor rural oferta os mesmo benefícios que o setor industrial, sendo dignos de um tratamento isonômico. **O Senhor Carlos Antônio de Magalhaes Cadan, Diretor Municipal de Governo, Administração e Finanças** destaca a todos que a importância da comissão de estudos é justamente a criação de um projeto de lei de incentivo ao desenvolvimento econômico rural. **O cidadão Marcial Rosa de Oliveira** destaca que em São Paulo, há um programa de incentivo ao desenvolvimento econômico rural para abranger os produtores rurais, a população e o turismo rural. Desta forma, o Poder Público estará provendo condições necessárias para dar dignidade, acesso à moradia, à saúde, à educação e entre outras necessidades básicas aos residentes das áreas rurais. **O Vereador Aparecido Rodrigues** que destaca que seria importante a presença da Assistência Social, para verificar as condições sociais das famílias hipossuficientes. **O Vereador Tiago Bazolli de Moraes** que informa que é preciso verificar o respaldo para não esbarrar na ilegalidade e para não prejudicar outras áreas e não afetar o departamento de Assistência Social. **O Procurador Geral, João Paulo de Oliveira Prado**, considerando todo o exposto, destaca ser de grande importância realizar a regulamentação da legislação. **O Vereador Tiago Bazolli de Moraes** afirma ser necessário realizar uma comissão jurídica entre os procuradores da Câmara Municipal e também da Prefeitura Municipal para criar uma lei aplicável, com respaldo legal e que não seja inócua ou inconstitucional. Assim, indaga ao Senhor Carlos Cadan se seria possível o esforço da Prefeitura Municipal para realizar este estudo juntamente com a Câmara Municipal, nomeando a Senhora Daniela De Lima Ranieri Guerra e a Senhora Silvana Prado de Sousa. **O Senhor Carlos Antônio de Magalhaes Cadan, Diretor Municipal de Governo, Administração e Finanças** afirma que será possível sim a união entre os Departamentos jurídicos para realização dos estudos. **Os Vereadores José Agostinho Muroi e Aparecido Rodrigues** solicitam maior celeridade e pedem para que seja estabelecido um prazo para entrega e apresentação deste estudo por parte do setor jurídico. **Por fim**, de modo a subsidiar a propositura, restou de comum acordo entre o Vereador Tiago

Bazolli de Moraes e o Senhor Carlos Antônio de Magalhaes Cadan, Diretor Municipal de Governo, Administração e Finanças, o empenho dos Departamentos Jurídicos da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal para estudarem e criarem uma minuta que será apresentada no dia 18/08/2022 às 19:00 na Câmara Municipal de Ouro Fino.

Finalizando o Vereador Tiago Bazolli de Moraes estabeleceu um prazo de duas semanas para entrega deste anteprojeto pelos Departamentos Jurídicos, que será entregue no dia 18 de agosto, quinta-feira, às 19:00 na Câmara Municipal de Ouro Fino, onde será realizada uma outra reunião com a comissão de estudos. O Vereador destaca que é importante conceder um prazo hábil para que o projeto seja bem estudado e analisado pelos procuradores e para evitar retrabalhos. Não havendo mais nada a ser tratado a reunião foi encerrada às 20 horas e 17 minutos e eu, Lincoln da Silva Paulino, Assessor Parlamentar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes na reunião. Ouro Fino, 02 de agosto de 2022.

LISTA DE PRESENÇA



**PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA COM OS MEMBROS DA
COMISSÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DO PROJETO DE LEI
PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO RURAL.
REALIZADA NO DIA 02/08/2022 ÀS 19:00 NA CÂMARA MUNICIPAL
DE OURO FINO-MG.**

Josef Agostinho Murgui
Sergio Pedro

Paulo

Odair Jose Barboza

Paulo Henrique Barboza

Meil Wain Dos Reis

11/08/2022

Adriana da Silva Muniz

Jair Faria

Silvestre Renato Vieira

Paulo

Ali

Paulo

Felipe Antonio de Silva

Pincho do Nilo Paulino

Marcial Rosa de Oliveira

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NA SEDE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE OURO FINO NO DIA 18/08/2022, COM A COMISSÃO DE
ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI PARA ESTIMULAR O
DESENVOLVIMENTO RURAL.**

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois às 19h00min, reuniram-se na Câmara Municipal de Ouro Fino, localizada na Rua Rogério Gissoni nº 450, centro de Ouro Fino-MG, o Vereador Tiago Bazolli de Moraes; o Procurador Geral João Paulo de Oliveira Prado; o Procurador Jurídico, Fábio Henrique de Oliveira; o Assessor Parlamentar, Lincoln da Silva Paulino; e também a presença de alguns munícipes e representantes de associações de bairros rurais. Considerando as tratativas realizadas na última audiência pública realizada na Câmara Municipal de Ouro Fino, no dia 28 de junho de 2022 e, considerando os resultados da primeira reunião realizada no dia dois de agosto do ano corrente com a comissão de estudos, o objetivo deste reunião foi de apresentar um anteprojeto realizado pelos Departamentos Jurídicos da Câmara Municipal de Ouro Fino e da Prefeitura Municipal de Ouro Fino, projeto este que passará a vigorar em Ouro Fino, a fim de estimular o desenvolvimento rural. A elaboração do projeto de lei contará com a ajuda da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e da população em geral. É importante destacar que a reunião não contou com a presença do Senhor Carlos Antônio de Magalhaes Cadan, Diretor Municipal de Governo, Administração e Finanças; o Senhor Sebastião Romildo Vieira, Chefe de Desenvolvimento Rural; o Senhor Jair Felix Pereira, Chefe de Serviços urbanos e Rurais; membros desta comissão de estudos. Inicialmente, **o Vereador Tiago Bazolli de Moraes** informa que este projeto é de iniciativa do Poder Executivo Municipal, sendo que a Câmara Municipal de Ouro Fino tem buscado provocar e auxiliar na elaboração desta legislação em prol da comunidade ourofinesse, em especial a área rural. Além disso, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de da Prefeitura Municipal em realizado um estudo para levantar informações e desdobrar a atuação da comissão para criação deste projeto de lei, destaca ainda que é algo que demanda tempo e muito estudo para evitar a criação de uma legislação inócua e ineficaz. **O Procurador Geral, João Paulo de Oliveira Prado**, destaca que buscou se inteirar sobre o assunto, buscando informações para subsidiar a criação deste anteprojeto e para analisar a possibilidade jurídica de aplicação deste projeto. Destacou ainda, a existência da legislação acerca da patrulha mecanizada e de sua regulamentação, ressalta ainda que a competência para legislar sobre a matéria é privativa do Poder Executivo Municipal. Informa também ser válida a iniciativa do Vereador Tiago Bazolli em dar impulso a regulamentação do projeto. Logo a proposta da comissão de estudos é verificar todos os mecanismos para fazer funcionar este projeto e seguir protocolos para evitar problemas com o Ministério Público. Procuraram realizar um estudo comparado com outros municípios e entender as demandas que o município de Ouro Fino necessita. Assim, foi marcada uma reunião com a Diretora de Obras e com os servidores do Departamento de Obras e o Departamento Rural, para melhor apurar as informações e verificar a melhor forma, quantidade de horas necessárias e planejamento para o uso de maquinários públicos em serviços e propriedades particulares, sendo necessário saber quais máquinas e quais servidores estarão disponíveis para realizar estes tipos de serviços.

Finalizando o Vereador Tiago Bazolli de Moraes informa que em breve será realizada uma nova reunião, em que será discutido novamente o assunto e contará com as informações prestadas pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de da Prefeitura Municipal, que trabalharão para criação de um anteprojeto que passará a vigorar em Ouro Fino, a fim de estimular o desenvolvimento rural. Por fim, agradece a todos os presentes e destaca a importância da presença e da participação do Poder Legislativo, do Poder Executivo e da população em geral. Não havendo mais nada a ser tratado a reunião foi encerrada às 20 horas e 32 minutos e eu, Lincoln da Silva Paulino, Assessor Parlamentar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes na reunião. Ouro Fino, 18 de agosto de 2022.

LISTA DE PRESENÇA



CÂMARA MUNICIPAL
OURO FINO

PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA COM OS MEMBROS DA
COMISSÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DO PROJETO DE LEI
PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO RURAL.
REALIZADA NO DIA 18/08/2022 ÀS 19:00 NA CÂMARA MUNICIPAL
DE OURO FINO-MG.

Dr. Celso
Antônio B. Machado
Luís Jorge B. Weikert
Paulo Henrique Barboza
MARIO FERNANDO ACCICA (Associação CRISOLIA)
Carlos Humberto Scalco (Associação S.J.M. Dentista)
Alex Paulo Silva de Souza
Adair José Barboza
Alexandre Lopes Júnior (Sindicato dos Produtores Rurais/SENRR MINAS)
José Carlos de Souza
Fábio H. Oliveira
Rodrigo do Carmo Produtor Rural
Mateus do Carmo Estudante Engenharia agrônoma
Amanda Vitória Gomes Boquero (Estudante Engenharia Agrônoma)
Vanildo Carlos Barbosa - Bairro dos Dimer
Bernadete Aparecida dos Reis Barboza - Bairro dos Dimer
Lincoln do Mello Paulino